Processo TC 009.819/2015-0 (com 49 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

O Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela Secretaria de Recursos – Serur (peças 46/8), no sentido de que o TCU não conheça do recurso de reconsideração interposto por Antônio Palmery Melo Neto (peças 36 a 45) contra o Acórdão 5.459/2018-2ª Câmara (peça 16), por ser intempestivo em mais de 180 dias.

A alegação de nulidade de citação não merece prosperar, haja vista que o ofício citatório foi entregue em 17/10/2016 no endereço então cadastrado na Receita Federal (peças 8 a 10), idêntico ao que se encontra atualmente cadastrado na referida base de dados.

Ora, se o recorrente alega que seu endereço sofreu alteração, então deveria ter informado a mudança à Receita Federal. Se não o fez, não se pode beneficiar da própria omissão.

Além disso, a mera apresentação de comprovante de residência (fatura de TV a cabo – peça 38) com endereço distinto não tem o condão de invalidar a citação, haja vista que uma pessoa pode ter mais de um endereço, como destacado pelo Secretário da Serur. Ademais, o comprovante apresentado é de maio/2015, mais de um ano antes da data da citação.

Brasília, em 24 de agosto de 2020.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador